

Prática Terapêutica com Pessoas em Situação De Rua

Poliane Brunetto*

O presente artigo visa apresentar o resultado de um trabalho realizado a partir da prática terapêutica desenvolvida com pessoas em situação de rua que encontram-se abrigadas no Albergue Noturno André Luiz, da cidade de Cascavel-PR. Apoiando-se na Psicologia Social, todo o trabalho desenvolvido com estes indivíduos baseou-se na busca pela compreensão do modo como se vive no interior das relações sociais e o que nos possibilita também compreender as suas histórias de vida. Com este trabalho, podemos observar mais detalhadamente a situação concreta em que se vive as pessoas em situação de rua na cidade supracitada.

As intervenções ocorreram uma vez por semana, entre fevereiro e dezembro do ano de 2016, no próprio albergue. Os instrumentos utilizados para mediar as intervenções foram técnicas de grupo, conversas informais, atividades lúdicas direcionadas e discussões temáticas.

O primeiro contato estabelecido com os indivíduos que viriam a compor o grupo foi feito a partir de uma visita institucional, na qual foi possível observar o perfil do público atendido pelo albergue e identificar que o grupo seria rotativo, o que exigiu que cada uma das intervenções propostas possuíssem, invariavelmente, início, meio e fim.

Pessoas em situação de rua e vulnerabilidade social

Por meio da observação e de conversa informal, percebeu-se que as pessoas que se encontravam no albergue possuíam algo em comum, encontravam-se em situação de vulnerabilidade e exclusão social. Uma das consequências da acumulação de capital e do avanço tecnológico é o desenvolvimento de uma sociedade fundada em desigualdades sociais e da falta dos meios essenciais para manter a vida (PAULINO et al., 2013). De acordo com COSTA (2005), a desagregação progressiva das proteções ligadas ao mundo do trabalho resultou em um processo crescente de marginalização de determinados setores, resultando em um aumento considerável da repressão estatal e de mecanismos de controle social.

* Graduada em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon (2013). Graduanda do curso de Psicologia pelo Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz, Campus de Cascavel - PR (2014). Pós-graduanda Lato Sensu em Terapia Cognitivo-Comportamental pelo Instituto de Terapia Cognitiva - São Paulo (2017). Membro Fundador e integrante do 1º Conselho Fiscal da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC) de Cascavel - PR.

Embora o Brasil tenha suas especificidades, a realidade que aqui é vivenciada não se distancia daquela que é encontrada no cenário mundial. O sistema capitalista implantado no país produziu, e têm produzido indivíduos subjugados, tanto pessoal quanto socialmente, sem, contudo, oferecer brechas para que essas pessoas possam transpor essa realidade social (COSTA, 2005).

Nesta perspectiva, vislumbra-se que em relação às pessoas em situação de rua, as políticas públicas adotadas ao longo do processo histórico sempre visaram a implementação de ações de caráter focalista, ou seja, buscavam dar ênfase no enfrentamento dos problemas sociais como fatos isolados, o que acaba por gerar o ofuscamento das relações gerais geradas pelo capitalismo. Conforme COSTA (2005), essas políticas não trouxeram resultados efetivos na melhora das condições de vida dessa parcela da sociedade.

É nesse mesmo sentido que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), a partir de 2004, passou a propor medidas voltadas ao atendimento da população em situação de rua. Para isso, buscou reunir vários segmentos da sociedade, tais como Igrejas, representantes de alguns municípios e entidades não governamentais, para que juntos pudessem formular políticas públicas direcionadas a este público em específico (FERREIRA, 2006), que de acordo com o art. 1º, parágrafo único, do Decreto n. 7.053 de 23 de dezembro de 2009 pode ser definido como um grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que tem em comum a condição de pobreza absoluta, a falta de pertencimento à sociedade formal e sem moradia fixa, *in verbis*:

[...] grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

Nesta seara, pode-se dizer que a categoria de pessoas alhures mencionada é composta por homens, mulheres, jovens, famílias, enfim, grupos que tem em sua trajetória a referência de terem realizado alguma atividade laboral que foi importante na constituição de suas identidades sociais, mas que com o tempo, em virtude de algum infortúnio, acabaram perderam gradativamente a perspectiva de projeto de vida, passando a utilizar o espaço da rua como sobrevivência e moradia (COSTA, 2005).

Os usuários do Albergue Noturno André Luiz não fogem a regra, são homens, mulheres e, algumas vezes, crianças que por motivos diversos, tais como, dependência

química, alcoolistas, transtornos psiquiátricos ou por terem vindos de outras cidades ou Estados ou países chegam em Cascavel em busca de trabalho e não os consegue vão parar no albergue como último recurso para evitar as ruas.

No caso dos usuários que aceitaram participar das dinâmicas de grupo, observou-se que a faixa etária variou entre 28 a 76 anos de idade, sendo a maioria do sexo masculino, bem como desde pessoas analfabetas até indivíduos com o ensino superior completo.

Para COSTA (2005), essa realidade é característica do processo de exclusão social que existe no Brasil desde o início do milênio. A exclusão social, que passamos a conhecer, tem origens econômicas, mas caracteriza-se também pela existência de determinadas classes sociais, pelos limites de acesso aos meios de produção, dificuldade de acesso aos meios de consumo o que acaba provocando a perda de autoestima.

Apesar de aparentemente haver um número excessivo de pessoas sem as condições mínimas de sobrevivência, não se sabia o número exato de pessoas que viviam em situação de rua no Brasil, pois o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza os domicílios como unidade básica para a análise dos dados coletados, e a característica principal dos indivíduos em situação de rua é não ter endereço fixo (FERREIRA, 2006).

Segundo FERREIRA (2006), uma solução encontrada por alguns municípios do país foi a realização de censos próprios, nos quais são levantados dados a respeito do número e do perfil das pessoas em situação de rua. A dificuldade encontrada, porém, está na metodologia, pois cada cidade desenvolveu a sua própria, impossibilitando a aplicação em escala nacional.

Em 2002, a Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte – MG implantou a primeira equipe de Saúde da Família (SF) com o objetivo exclusivo de atender as famílias em situação de rua. Essa iniciativa foi seguida pelos municípios de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre e Curitiba (BRASIL, 2012).

De agosto de 2007 a março de 2008, o MDS, a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação e o Meta Instituto de Pesquisa de Opinião realizaram uma pesquisa de levantamento sobre a população em situação de rua e se utilizou dos censos produzidos por cada município para preencher a base de dados nacional. Os resultados obtidos mostravam que no período de agosto de 2007 a março de 2008 existiam 31.922 adultos em situação de rua no Brasil.

Os indivíduos que compunham essa população eram 82% do sexo masculino e 18% do sexo feminino, 53% tinham entre 25 e 44 anos de idade, e declararam receber entre R\$20,00 e R\$80,00 semanais. Dos entrevistados, 69% se declararam afrodescendente, 24,8% não possuíam documentos de identificação e 88,5% não possuíam acesso aos programas governamentais (BRASIL, 2008).

Esses dados são resultado da junção de censos realizados por alguns municípios do país, ou seja, ainda faltam dados de outros municípios e, assim mesmo, o número de pessoas em situação de rua é significativo, bem como, não se levou em consideração o contingente formado pelas crianças e pelos adolescentes, pois, do contrário, esse número se elevaria ainda mais.

Abrigos e casas de passagem no Brasil

Os albergues servem de abrigos temporários para as pessoas que encontram-se em situação de rua. Esses locais acabam se tornando, além de moradias, um local de (re)significação das identidades desse público, uma vez que há a necessidade de se adequar as regras e rituais que ali se seguem.

Segundo Pereira (2014, p.6), a palavra “albergue” é derivativa do vocabulário da língua gótica *haribaírgo* e é empregada para designar “abrigo”, “asilo”, “refúgio”, “hospedaria”. Os albergues se caracterizam, na maioria das vezes, por serem locais simples que tem como função recolher pessoas que precisam de um lugar para pernoitar.

Pereira (2014, p.7) analisou a arquitetura de alguns dos albergues do país e verificou que, de modo geral, são prédios simples que foram adaptados para este tipo de atendimento, não possuindo “estrutura adequada para oferecer um melhor trabalho de inclusão” às pessoas que necessitam desses locais, sendo que os cômodos são mal divididos. No entanto, a autora concluiu na pesquisa que as pessoas em situação de rua preferem ambientes mais simples, pois os remete às suas antigas casas e do aconchego familiar que um dia possuíram.

Os albergues existentes no Brasil servem de moradia temporária para a população em situação de rua. Nestas instituições, na maioria das vezes, eles recebem roupa limpa, comida, banho e uma cama para dormir. Alguns albergues permitem que esses indivíduos permaneçam abrigados por prazos determinados, enquanto que outros não estabelecem um prazo máximo de permanência (FERREIRA, 2006).

O Albergue Noturno André Luiz é uma entidade filantrópica que acolhe pessoas que necessitam de abrigo e comida, oferecendo à elas um lugar para dormir, com roupas

limpas e comida. O albergue também auxilia essas pessoas a entrarem no mercado de trabalho. Ele funciona no mesmo prédio em que uma Sociedade Espírita, possui uma arquitetura simples composta por refeitório, lavanderia, recepção, almoxarifado, sala de televisão, banheiro, dois dormitórios masculinos e um dormitório feminino. Os quartos masculinos são maiores do que o quarto feminino, pois a demanda de pessoas do sexo masculino é superior a demanda das pessoas do sexo feminino.

O Albergue tem estrutura física para atender cinquenta usuários. A faixa etária mínima atendida é de 18 anos e a máxima ultrapassa os 80 anos de idade. Há casos em que famílias são acolhidas juntamente com as crianças para que não fiquem em situação de rua, mas nesses casos, o Conselho Tutelar é comunicado e a família não pode ficar mais do que três dias no albergue.

As regras são rígidas, quando o indivíduo chega ao albergue é feito um cadastro de acolhimento (o qual consiste em: entrevista e critérios de acolhimento). Os usuários que não possuem documentos pessoais, o Albergue exerce o papel de intermediário para a confecção de novos documentos. Muitos trazem suas próprias roupas e outros acabam por utilizar as roupas fornecidas pelo albergue. No almoxarifado ficam as arrecadações (roupas, colchões, etc.). Os horários e regras são rígidas, às 17:30horas é feito o acolhimento; às 18:30horas é servido o jantar que se encerra às 19:30horas e às 20:00horas eles vão para o dormitório. O banho é individual.

No albergue é servido café, almoço, janta e lanche aos usuários. Aqueles que saem pela manhã, só podem entrar no albergue no horário do almoço e os que saem no horário de almoço, só entram às 17:30horas. Os únicos que possuem permissão para ficar o dia todo no albergue são os idosos e os pacientes psiquiátricos, os demais precisam sair para procurar emprego.

Após arrumar trabalho, o indivíduo pode ficar só mais trinta dias no albergue, tempo suficiente para que receba o primeiro salário do mês e consiga se manter sozinho. O tempo máximo que um usuário pode permanecer no Albergue é de seis meses, no entanto, abre-se exceção aos idosos e pacientes psiquiátricos.

O Albergue não possui estrutura física nem profissionais de enfermagem para atender a idosos e pacientes psiquiátricos, porém é feito o acolhimento destes indivíduos para evitar que os mesmos permaneçam em situação de rua e, conseqüentemente, em

situação de vulnerabilidade. A psicóloga do albergue é a responsável por fazer o controle da medicação, bem como de leva-los aos atendimentos no CAPS.

Uma vez expulso, o indivíduo não pode mais voltar a frequentar o albergue. Os funcionários do albergue mantem uma lista com o nome dos usuários que foram expulsos do albergue, isso permite que o indivíduo seja barrado logo no portão.

Um dado interessante que a pesquisa realizada pelo MDS em 2007/2008 verificou é que a maioria das pessoas entrevistadas (69,6%) preferia pernoitar na rua e não em albergues ou outras instituições destinadas a este fim. Foram oferecidas três justificativas para optar pela rua: 1) falta de liberdade; 2) o horário; 3) proibição do uso de álcool e drogas.

Em determinados albergues, como por exemplo o Albergue Noturno André Luiz, as regras são rígidas, os horários são destinados às atividades pré-determinadas pela instituição e, ainda proíbem o uso de álcool e drogas. No entanto, para pessoas que (sobre)vivem à margem das leis da sociedade, voltar a se submeter ou se enquadrar nelas pode ser difícil, por isso muitos escolhem permanecer dormindo na rua e vivendo sob suas próprias regras.

Os 22,1% que preferiam dormir em albergues afirmaram que a escolha era motivada pela 1) violência a que estavam vulneráveis e pelo 2) desconforto proporcionado pela rua (BRASIL, 2012).

Verifica-se que há albergues no Brasil, mas a procura por eles é reduzida, no entanto, as pessoas que buscam esses locais são indivíduos que buscam por uma garantia de segurança, sobrevivência e até de certo tipo de conforto.

A invisibilidade social e a perda de identidade

A construção da identidade de um indivíduo se encontra vinculada a todas as relações sociais estabelecidas, que é recortada pelo conhecimento socialmente compartilhado e mediado pelo outro. Por isso, ao estudar sobre a identidade de alguma pessoa é preciso, inicialmente, identificar e conhecer as representações sociais sobre as relações sociais em que o indivíduo se encontra inserido (MATOS et al., 2004).

MATOS et al. (2004) destacam a existência de representações sociais pejorativas em relação à população em situação de rua, por exemplo, esses indivíduos são vistos como vagabundos, preguiçosos, bêbados, sujos, perigosos, coitados, mendigos. Para os autores supracitados, essas representações podem ser vistas como signos genéricos visam contar a

trajetória social da população em situação de rua de forma a evidenciar que esses indivíduos fazem parte da população pobre que habita as ruas.

Neste artigo, compreendemos “representação social” como categoria discutida por SÊGA (2000, pp.128-129):

Uma maneira de interpretar e pensar a realidade cotidiana, uma forma de conhecimento da atividade mental desenvolvida pelos indivíduos e pelos grupos para fixar suas posições em relação a situações, eventos, objetos e comunicações que lhes concernem. O social intervém de várias formas: pelo contexto concreto no qual se situam grupos e pessoas, pela comunicação que se estabelece entre eles, pelo quadro de apreensão que fornece sua bagagem cultural, pelos códigos, símbolos, valores e ideologias ligados às posições e vinculações sociais específicas. Em outras palavras, a representação social é um conhecimento prático, que dá sentido aos eventos que nos são normais, forja as evidências da nossa realidade consensual e ajuda a construção social da nossa realidade. A representação é sempre a atribuição da posição que as pessoas ocupam na sociedade, toda representação social é representação de alguma coisa ou de alguém.

Assim, resumidamente, a representação social é uma forma de conhecimento (saber de senso comum) cunhado e partilhado socialmente com um objetivo prático, que visa a construção de uma realidade comum a um conjunto social. MATOS et al. (2004), preconizam que as representações sociais que é vinculada pelos meios midiáticos e defendidas pela elite social sobre a população em situação de rua, reforçam a construção de identidades articuladas com valores negativamente afirmados. Essas representações são materializadas nas relações sociais e interferem em sua dinâmica afetando determinadas pessoas que se encontram em situação de rua.

Para MOURA JR. (2013), as práticas discriminatórias em nossa sociedade contribuem para a construção de uma forma de representação da população em situação de rua como pessoas inferiores, que, por esta qualidade, devem ser vistas com pena. Aliás, mais do que não serem vistos como iguais, estas pessoas sequer chegam a ser vistas, pelo fato de simplesmente serem consideradas “coisas”.

A inferioridade abre espaço para as práticas estigmatizadoras e para as violências físicas e psicológicas contra essas pessoas. Atitudes como essas, forjam uma crença que dificulta a criação de possibilidades para que esses indivíduos consigam sair das ruas ou mesmo para vislumbrar novas alternativas sociais, novas relações sociais em substituição à que prevalece.

Na sociedade em que vivemos, o trabalho se torna o centro caracterizador do modo de ser da sociedade, por isso, segundo COSTA (2005), no discurso dos indivíduos em situação de rua há o relato de que possuem uma profissão, mesmo que não a exerçam há

vários anos. Na visão da autora, esse fato pode ser entendido como uma manifestação de resistência, de inutilidade ou como uma negação aos preconceitos sociais a que podem estar sujeitos devido a sua condição.

Quando encontradas na rua, essas pessoas são vistas pela sociedade, ora com constrangimento, dignas de pena, ora como perigosas e vagabundas, que se encontram naquela condição por não quererem trabalhar. Aliás, demonstra-se oportuno mencionar que em determinadas situações, a rejeição que a sociedade expressa contra estes indivíduos é demonstrada por meio de xingamentos e agressões físicas e até por casos em que indivíduos são queimados vivos (MATOS et al., 2004).

As histórias de vida das pessoas que se encontram em situação de rua são marcadas por casos diversos que, na maioria das vezes, estão associadas ao uso de álcool e drogas, tanto daquele que está vivendo na rua quanto dos demais membros da família. De acordo com COSTA (2005), os principais motivos que levam as pessoas a morarem nas ruas são: a perda de vínculos familiares, decorrente do desemprego, da violência, da perda de algum ente querido, perda de autoestima, alcoolismo, drogadição e doença mental, bem como a miséria.

A fragmentação resultante do rompimento dos laços culturais/comunitários e afetivos compromete a saúde mental dessas pessoas, as quais experienciam o sentimento de solidão, de descrença no poder público assim como em uma alternativa no circuito do trabalho e do consumo legal, uma vez que não possuem mais família nem trabalho e, muitas vezes, nem documentos que provem suas existências.

A população em situação de rua geralmente se apresenta com vestimentas sujas e calçados surrados (alguns nem calçado tem) e tem sua vida exposta diariamente aos olhos de quem a quiser ver, uma vez que o espaço da rua lhe nega a privacidade. No entanto, segundo COSTA (2005), é nos pertences pessoais levados de um lado para o outro que cada indivíduo expressa sua individualidade. Por isso, é importante que todas as instituições que se colocam a disposição para atender esse público assegurem o respeito e a promoção da individualidade e da privacidade de cada pessoa que adentra a instituição.

A construção de novos vínculos entre os próprios indivíduos que se encontram naquela situação representa uma garantia de sobrevivência e de convivência. Encarar essas pessoas como sujeitos possuidores de uma história, de desejos e sonhos é um primeiro passo

que necessariamente deve ser dado para que seja possível a construção de novos vínculos e fortalecimento de projetos individuais e coletivos.

Durante as dinâmicas de grupo foram utilizadas técnicas de grupo, conversas informais, atividades lúdicas direcionadas e discussões temáticas, com o intuito de fortalecer os vínculos comunitários e familiares das pessoas que compunham o grupo, de ressignificar as relações sociais e as histórias de vida, de resgatar a identidade e fortalecer a autoestima e de empoderar o grupo (re)significando seu pertencimento social.

Algumas das intervenções utilizadas para atingir os objetivos acima descritos foram: a) Teia do envolvimento – para discutir a construção de vínculos; b) Círculo do objetivo – para trabalhar o autoconhecimento; c) Cartaz das qualidades – para falar sobre a autoestima; d) Telefone sem fio – para explicar o sigilo profissional; e) Caixa dos segredos – para discutir a construção de vínculos e sigilo; f) Oferecendo seus talentos – para trabalhar a entrevista de emprego; g) Grupo político – para falar sobre cidadania e empoderamento social; h) Bingo – para resignificar o dia das crianças; i) Noite de talentos – para discutir se nascemos ou construímos nossos dons; j) The Voice Albergue – para trabalhar a competitividade e a cooperação; l) Qual é a música – para trabalhar a competitividade, a colaboração e a ansiedade.

Ao final de cada dinâmica de grupo deixava-se que os membros do grupo falassem sobre suas experiências durante a dinâmica, muitos relatavam que durante a atividade conseguiram enxergar as qualidades do outro que até então haviam passado despercebidas, bem como, começaram a perceber que formavam uma grande família e que poderiam contar com as pessoas que conviviam com eles dentro do Albergue.

Poder acompanhar o crescimento e o desenvolvimento das pessoas ao longo das dinâmicas foi gratificante e pode ser caracterizada como uma experiência única, uma vez que eles começaram a se empoderar de suas próprias vivências e usá-las para atingir seus objetivos.

Costa (2005) propõe uma reflexão significativa em relação à construção de identidade, a qual afirma que conviver é sinônimo de compartilhar um mesmo espaço coletivo e identificar-se com ele, podendo trocar experiências e problemas comuns com os outros que ali se encontram. É nas relações que os indivíduos mantêm entre si que definem a sua posição social. Infelizmente, segundo a autora, a convivência e a troca estão em desuso na sociedade atual e isso precisa ser revisto.

Esmeraldo Filho (2006) destaca que ao fortalecer os vínculos sociais, disponibilizar uma rede de atendimento (formal ou informal) e promover a manutenção dos vínculos comunitários desses indivíduos que se encontram em situação de rua, é possível perceber uma amenização na vulnerabilidade dessa população. Mas é preciso fundamentalmente refletir a possibilidade de novas relações sociais que possam dirimir essas contradições que criam a coisificação do ser humano.

Possibilidades de atuação do psicólogo

A promulgação da Política Nacional para a População de Rua (PNPR), em 2009, representou uma grande conquista para os indivíduos que compõe a sobredita segmentação social, uma vez que o projeto de referência busca integrar diferentes setores das políticas públicas em prol do atendimento dessas pessoas (SOUSA et al., 2015). Políticas como essa, abrem espaço para o surgimento de serviços como o Consultório na Rua, o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) e para uma maior inserção de profissionais psicólogos.

O atendimento psicológico, assim como os demais atendimentos na área da saúde, muitas vezes é realizado no espaço da rua mesmo, tornando esse campo de atuação do psicólogo desafiador.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) realizou um mapeamento da implantação da PNPR e da atuação de psicólogos nesse campo em Minas Gerais e verificou que em cada um dos vinte e nove municípios que foram pesquisados havia pelo menos um serviço voltado ao atendimento de pessoas em situação de rua, mas que nem todos esses serviços possuíam um profissional psicólogo fazendo parte da equipe (SOUSA et al, 2015).

Segundo SOUSA et al., (2015), ao atuar junto à população em situação de rua, os profissionais da área de psicologia devem atribuir a cada demanda que surge uma atenção ímpar, mas não só isso, devem também, necessariamente, empreender esforços para construir um vínculo com a pessoa atendida (ainda que a complexidade inerente à esta última torne a tarefa deveras dificultosa), sempre levando em consideração as peculiaridades do sujeito que ali se encontra, afinal:

A população em situação de rua desafia nossa capacidade de aceitação e convivência. Os que mais necessitam, os que estão em situação de maior risco, muitas vezes, são os que mais resistem, são também os que mais nos humanizam e preparam para as melhores ações. Vinculação também é escolha, é seleção. Escolhamos, pois, os que nos humanizam e disponibilizam, sem medo. Um bom

profissional é em primeiro lugar uma pessoa, que humaniza a vida! (BRASIL, 2012, p.28).

Alguns psicólogos que atuam nas políticas para o atendimento à população em situação de rua acreditam que o seu trabalho se equivale ao trabalho desenvolvido pelos profissionais da Assistência Social, isso ocorre porque esses psicólogos não têm clareza do seu papel dentro da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e acabam por obstruir o caminho para outros psicólogos melhor preparados.

As psicólogas e os psicólogos que atuam nesse campo não podem perder de vista a noção de que precisam conduzir o trabalho visando provocar uma mudança no contexto social. Para tanto, é preciso proporcionar novas interações, formas de novas sociabilidades, novas perspectivas de se pensar uma nova sociedade e acesso aos bens sociais (ESMERALDO FILHO, 2006).

Considerações Finais

As pessoas que encontram-se em situação de rua carecem de espaço para serem ouvidas e acabam por sofrer as intempéries que o capitalismo lhes reserva. A Psicologia Social vem no intuito de auxiliar estas pessoas a perceberem que podem contribuir para o processo de mudança desta sociedade. Percebemos este instrumento como um meio de estabelecer o diálogo e proporcionar condições para que possam fazer do meio em que vivem uma forma também de superar as próprias condições que criam esta forma de sociedade.

É tão significativo o número de pessoas que encontram-se vivendo em situação de rua e, ao mesmo tempo, é ínfimo a mobilização para mudar essa realidade que se faz presente desde os primórdios do próprio capitalismo.

É preciso desnaturalizar a visão que foi inculcada em nós de que a pessoa em situação de rua é vagabunda, mendiga, bandida. É necessário mudarmos a ótica a partir da qual enxergamos a nossa sociedade e observar que nada é natural, que as relações sociais são formatadas de acordo com o acúmulo de capital e que estamos treinados a aceitar que só merece um lugar na sociedade o indivíduo que contribui para a permanência do modelo capitalista.

Referências bibliográficas

BRASIL. Decreto nº7.053 de 23 de dezembro de 2009. *Institui a Política Nacional para a população em situação de rua*, 2009.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua*. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/manual_cuidado_populacao_rua.pdf>, acesso em 29/11/2016, às 11:58hs.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. *Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua*. Brasília, 2008. Disponível em <http://www.criancanaoederua.org.br/pdf/Pesquisa%20Nacional%20Sobre%20a%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20Situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Rua.pdf>, acesso em 29/11/2016, às 15:59hs.

COSTA, Ana Paula Motta. *População em situação de rua: contextualização e caracterização*. Revista Virtual Textos & Contextos, n°4, dez. 2005.

ESMERALDO FILHO, Carlos Eduardo. *Saúde mental e (ex)-moradores de rua: um estudo a partir do valor pessoal e do poder pessoal*. 2006. Monografia (graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará. Disponível em: <<http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/161.pdf>>, acessado em: 29/11/2016, às 14:24hs.

FERREIRA, Frederico Poley Martins. *População em situação de rua, vidas privadas em espaços públicos: o caso de Belo Horizonte 1998-2005*. Anais do XII Seminário sobre a economia mineira. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A096.pdf>, acesso em 27/11/2016, às 20:56hs.

MATTOS, Ricardo Mendes; FERREIRA, Ricardo Franklin. *Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua*. Psicologia & Sociedade. Maio/agosto, 2004. pp. 47-58. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822004000200007>>, acesso dia 01/09/2016, às 13:30hs.

MOURA JR, James F; XIMENES, Verônica M.; SARRIERA, Jorge C. (2013). *Práticas de discriminação às pessoas em situação de rua: histórias de vergonha, de humilhação e de violência em Fortaleza, Brasil*. Revista de Psicologia, 22(2), 18-28. Doi: 10.5354/0719-0581.2013.30850.

PAULINO, Madalena Peixoto; FIGUEIRA, Kristina Kieling; BALSAN, Laércio André Gassen; MOURA, Gilnei Luiz de. *Triste realidade: compreendendo a exclusão social dos moradores de rua*. VEREDAS FAVIP – Revista Eletrônica de Ciências, v.6, n.1, janeiro a junho de 2013.

PEREIRA, Ludmila Vasco de Toledo. *Albergue para pessoas em situação de rua*. IPOG – Revista Especialize [online], 2014. Disponível em <<http://www.ipog.edu.br/revista-especialize-online/>>, acesso em 29/11/2016, às 15:16hs.

SÊGA, Rafael Augustus. *O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici*. Anos 90, n.13, Porto Alegre, julho de 2000.

SOUSA, Leiliana, Aparecida, de; FRANCO, Luciana (org.) *A psicologia e a população de rua, novas propostas, velhos desafios*. Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015. Disponível em <<https://craspsicologia.files.wordpress.com/2016/01/a-psicologia-e-a-populac3a7c3a3o-de-rua.pdf>>, acesso em 05/11/2016, às 21:10hs.